



OS MODELOS DE CRESCIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA APLICABILIDADE NAS ECONOMIAS REGIONAIS NÃO DESENVOLVIDAS

Adelmo M. França¹

<http://lattes.cnpq.br/8855015087272439>

81

RESUMO – Neste artigo serão apresentadas as definições de crescimento e desenvolvimento econômico e as algumas discussões propostas pelos principais modelos econômicos voltados ao crescimento e desenvolvimento econômicos, questionando o fato deles terem suas origens nas economias desenvolvidas e, portanto, distantes das realidades sociais, políticas e econômicas dos países e das regiões pobres ou em fase de desenvolvimento.

As abordagens sobre o tema estarão focadas na realidade econômica brasileira dos anos 1950 até a presente data, explicitando-se as dificuldades e os avanços econômicos realizados no período acima mencionado, considerando as disparidades no crescimento e desenvolvimento regional. Não ficarão fora os possíveis entraves ou externalidades positivas oriundas do cenário econômico internacional, tanto na forma de benefícios para a economia brasileira, quanto na forma de contribuição do Brasil para o mundo não desenvolvido.

A presença da economia e da política externa brasileira está cada vez mais evidente e, neste sentido o Brasil vem somando forças para se estabilizar no cenário econômico internacional, bem como contribuindo para a melhoria das econômicas com maiores comprometimentos que o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE – crescimento e desenvolvimento econômico tardio e estrutural; desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável, governança global; economia brasileira e economia internacional.

ABSTRACT – In this article shall be submitted definitions of economic growth and development and the few discussions proposed by major economic models geared to growth and economic development, questioning whether they have their origins in the developed economies and, therefore, far from social, political, and economic realities of countries and regions suffering from poverty or in development phase.

¹ Mestre em Economia Política pela PUC SP e professor na UNINOVE e UNISEPE.



The approaches on the theme will focus on Brazilian economic reality of the years 1950 to date, explaining the difficulties and the economic advancements made in the aforementioned period, whereas the disparities in growth and regional development. Not be outside the possible barriers or positive externalities from international economic scenario, both in the form of benefits for the Brazilian economy, as in the form of assistance from Brazil to the world not to be developed.

The presence of Brazilian foreign policy and economy is increasingly evident and, in this sense the Brazil comes adding forces to stabilize the international economic scenario, as well as contributing to the improvement of economical with greater compromises than Brazil.

KEYWORDS – economic growth and development late and structural; endogenous development, sustainable development, global governance; Brazilian economy and international economy.

1. Definição de crescimento e desenvolvimento econômico

Algumas correntes econômicas², por algum tempo, divergiram quanto à definição conceitual de desenvolvimento. Confundiram crescimento com o desenvolvimento e então, de forma acertada, passaram a atribuir a necessidade premente da existência de crescimento para a ocorrência de desenvolvimento. Outras, por sua vez, também de forma correta, separaram o crescimento do desenvolvimento econômico, em razão do fato do crescimento apresentar variações no produto e o desenvolvimento estar refletido na melhoria da qualidade de vida das suas populações, sendo que essa nova situação econômica e social, afirmativamente, decorre do aumento das suas rendas.

Levando em conta as modificações no conjunto de estruturas complexas, visando atender as inúmeras necessidades sociais e econômicas das coletividades, na ótica de François Perroux, o desenvolvimento pode ser definido como sendo “*la combinaison des changements mentaux et sociaux d'une population qui la rendent apte à faire croître, cumulativement et durablement, son produit réel global*”, deixando claro a inexistência do desenvolvimento sem o crescimento econômico. (FURTADO, 2000: pág. 102).

Dessa forma, no longo prazo, o desenvolvimento econômico pode ser definido como sendo a combinação de crescimento econômico contínuo, embora não necessariamente, muito maior que o crescimento demográfico, propiciando mudanças estruturais e modificações

² Economistas neoclássicos como Meade ou pós-keynesianos como Harrod e Domar ou estruturalistas como Prebisch e Furtado.



positivas nos indicadores econômicos e sociais para um universo maior possível de beneficiários das várias classes que compõem o sistema econômico. (NALI, 1993).

Assim, segundo Celso Furtado, “*o desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e forças sociais que condicionam o perfil da procura*”. (FURTADO, 2000: pág. 106).

No século XX, no tocante a discussão entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, constatou-se uma preocupação maior por parte dos economistas em tratar do tema crescimento econômico, seja pela busca incessante de poder econômico ou militar; sem o mínimo interesse em acrescentar melhorias na qualidade de vida de suas populações, mesmo em nome da segurança e subsistência para a estabilidade do sistema econômico. (NALI, 1993).

A partir da Grande Depressão Americana e, com muito mais ênfase, depois da Segunda Guerra Mundial, o tema desenvolvimento econômico ganhou força, exigindo uma maior presença e ações dos governantes, na busca de política voltada ao combate do desemprego e redução da crise cíclica que afetava a economia como um todo e, principalmente, apresentar soluções para as diferenças econômicas e sociais existentes entre os países ricos e os pobres, classificados como subdesenvolvidos. (MAGALHÃES, 1998).

83

Juntamente com outras variáveis, verdadeiramente, a acumulação de capital é o grande motor para a ocorrência do crescimento econômico, visto que os meios de produção e os conhecimentos, associados às inovações tecnológicas, contribuem para o surgimento de mais empregos, graças a melhor divisão do trabalho e a especialização da mão-de-obra.

Faz-se necessário, paralelamente, a ocorrência da otimização dos recursos naturais, a elevação da produtividade do trabalho vivo, juntamente com o aumento da massa de salários e do consumo de bens e serviços. Logicamente, nada ocorrerá sem a contrapartida financeira, visto que o investimento necessário estará atrelado à taxa do lucro esperada pelos capitalistas; cabendo a participação do Estado na geração de investimentos no campo das infraestruturas e, com maior afincamento, no plano social. (FILELLINI, 1994).

Controverso no tocante a teoria da dependência e, em especial, com relação ao subdesenvolvimento das periferias e o crescimento dos centros desenvolvidos, o economista André Gunder Frank, destaca haver ignorância histórica por parte dos países pobres em imaginar que sua situação atual foi a mesma de um país desenvolvidos no passado. Afirma ainda que os países ricos já foram pobres, mas não foram subdesenvolvidos, pois não sofriram a ação direta perifêrica de outros centros desenvolvidos. (BENAYON, 1998).



André G. Frank reafirma ainda que o subdesenvolvimento resulta de relações históricas, econômicas, sociais, políticas e religiosas, passadas ou continuadas, existentes entre os países ou regiões satélites subdesenvolvidos com os países metropolitanos ou regiões desenvolvidas. Continua e questiona a existência da visão errônea, que é difundida nos países subdesenvolvidos, quanto a imaginar que o desenvolvimento deverá ter origem ou estímulo gerado pela difusão do capital, instituições e valores das metrópoles capitalistas tanto nacionais como internacionais. Conclui, como afirmativa das raízes do atraso econômico e social, que “o subdesenvolvimento é produto da ligação subordinada aos centros, da abertura a penetração dos centros” (BENAYON, 1998, pág. 206).

No entender do Banco Mundial o progresso decorrente do desenvolvimento econômico deveria ser medido pelos resultados positivos relacionados a situação humana e ambiental das nações ou regiões do planeta e não somente por indicadores intermediários, tal qual o Produto Interno Bruto – PIB ou rendimentos per capita das populações e países pobres. Ocorrem que faltam sustentações para o emprego de dados estatísticos que possam garantir tais medições com amplitude internacional. (THOMAS, et al. 2002).

Segundo a *World Commission of Environment and Development – WCED*,

desenvolvimento sustentado é o desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem o comprometimento da capacidade das futuras gerações em suprir suas próprias necessidades”. Por sua vez a Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO define desenvolvimento sustentável como sendo “o gerenciamento e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional na maneira como assegurar a presente e contínua satisfação das necessidades humanas para o presente e as futuras gerações. (TIAGO, 2002, pág. 63).

O progresso tecnológico passa a ser o grande responsável pelo crescimento econômico dos países e das regiões desses países quando analisadas de forma microeconômica. Cabe ressaltar que o crescimento e desenvolvimento sustentável necessitam de uma massa crítica para deslanchar e produzir resultados, ou seja, há necessidade da existência de novas ideias e de volumes elevados de investimentos. (JONES, 2000).

Não haverá desenvolvimento econômico, na essência da palavra, senão o autônomo, sem que se tenha que abrir mão ou abandonar os mercados externos. Assim, devem-se estabelecer fortes restrições aos investimentos diretos estrangeiros, visto que as situações impostam aos



países subdesenvolvidos, que buscam na importação de capital uma saída para a sustentação do seu mercado exportador, acabam criando na armadilha dos custos de oportunidades.

Justifica-se já que o cenário traçado acaba sendo maléfico para a economia, principalmente ser for considerado que seus mercados internos poderiam ser mais competitivos e não dependentes do setor externo, tanto no quesito capital externo quanto de mercado consumidor e, muito mais ainda, na questão da determinação dos preços internacionais. Exemplos práticos deste cenário podem ser obtidos com a forte presença de capital externo em vários estados brasileiros e, em especial, São Paulo, porém altamente copiada por outros estados, que aplicam subsídios para o ingresso desse capital, sem contar os volumes enormes de recursos repassados pela União com foco único na atração do capital internacional e de empresas multinacionais.

Cuidado muito especial deverá ser tomado para que os efeitos prejudiciais da relação centro periferia sejam minimizados, impactando o mínimo possível a economia dos países não desenvolvidos, pois tal relação estabelece, aos países pobres de menor poder industrial, a manutenção da sua inferioridade, acentuando-a ainda mais, quando são praticados os excessos na proteção intelectual e industrial por parte dos países ricos e o estabelecimento do vínculo na reserva de mercado dos países pobres. (BENAYON, 1998).

85

A partir dos anos 1980, surge no cenário econômico um novo paradigma – o crescimento endógeno, que está vinculado ao processo de industrialização endógena. Passou-se a discutir com maior profundidade o efeito da ação pública sobre as localidades e regiões não desenvolvidas, contrapondo-se ao fracasso ou esgotamento do modelo de desenvolvimento “de fora para dentro” praticado nos anos 1960 e 1970, em detrimento da nova proposição da teoria territorial do desenvolvimento, do desenvolvimento autocentrado e do desenvolvimento “de baixo para cima”.

Esse novo modelo visa ampliar o atendimento das demandas econômicas, sociais e políticas das populações locais e regionais, através da iniciativa e participação das comunidades envolvidas e interessadas na melhoria dos processos em questão, mantidas as identidades próprias e fazendo-se uso de estratégias específicas de ação inibidoras de limitações impostas por organizações externas sobre as potencialidades locais ou regionais. (BARQUERO, 2001).

O processo de crescimento dualista, resultante da existência de excedentes oriundos dos setores agrícola e industrial, juntamente como o crescimento endógeno, parte do princípio da alta disponibilidade de mão de obra barata e abundante. Demonstram não existir apenas um caminho



para que a industrialização seja alcançada, quer seja via atividades artesanais e comerciais melhoradas ou, com maior frequência, decorrente das forças dinamizadoras do processo de crescimento e das mudanças estruturais das economias locais ou regionais, graças a acumulação de capital e introdução de tecnologias. (BARQUERO, 2001).

2. As principais escolas econômicas e suas visões a respeito do crescimento e desenvolvimento

A visão econômica e social dos fisiocratas sempre esteve vinculada à interdependência profunda das partes que compunham o sistema econômico, que funcionaria, segundo uma “ordem natural”, fazendo com que esse sistema ficasse de forma circular - produção, distribuição e acumulação, cada vez mais, preso a si mesmo e pudesse apresentar os melhores resultados possíveis para a sociedade. (DELFAUD, 1987).

O pré-liberalismo dos fisiocratas, na forma mais rude do conceito de desenvolvimento, tinha nas mãos de Deus todos os meios para que a economia apresentasse os resultados desejados em prol da humanidade. Como o modelo econômico estava limitado à agricultura, buscava-se a aplicação da teoria do bom preço, pois com a alta dos preços dos produtos agrícolas haveria o estímulo necessário para os produtores, que teriam seus lucros ampliados. Esperava-se que as intervenções dos governos fossem nulas ou mínimas possíveis, principalmente nas questões voltadas aos impostos, pois quanto menores as pressões sobre os pobres mais beneficiados estariam os ricos. (NALI, 1993).

Contrariamente a posição providencial dos fisiocratas, os clássicos tinham no individualismo e egoísmo a busca pela ampliação dos mercados e das suas riquezas, destacando outras atividades econômicas, diferentes da agricultura como geradores de valor, graças à divisão do trabalho e a ampliação de mercados³, bem como atribuindo, ao aumento do consumo dos trabalhadores produtivos, a ampliação da produção e dos lucros dos capitalistas. Preocupavam-se consideravelmente com a possibilidade da estagnação econômica, visto que dessa forma, os países teriam o crescimento econômico reduzido ao ponto zero, cessando assim a acumulação do capital.

A composição básica da teoria do crescimento de Adam Smith sustentava-se na riqueza das nações como resultante do trabalho produtivo, gerador de excedente de valor sobre os custos da reprodução. Estabelecida a relação quantitativa de trabalhadores e população total,

³ Adam Smith – A Riqueza das Nações



encontrava-se a produtividade, originando a acumulação do capital, responsável pela geração de novos empregos. Dessas condições, decorria a ampliação de novos mercados e a especialização, cada vez maior, da mão de obra, acrescida da incorporação de novas técnicas e máquinas, incentivando o lucro e dando sustentação à mão invisível da economia clássica. (FILELLINI, 1994).

Para David Ricardo, a agricultura era o grande entrave para o crescimento, devido a sua baixa produtividade e a conseqüente elevação dos salários dos agricultores, dificultando a contratação de novos trabalhadores produtivos, ou aquisição dos meios necessários para a produção ou ainda a elevação do nível do produto, tendo como conseqüência o surgimento do estado estacionário. A contraposição ao estado estacionário seria o controle da natalidade e abertura para a importação até mesmo de produtos agrícolas, bem como acabar com a Lei dos Pobres, visto que no seu entender o Governo Inglês estimulava o estado de pobreza das suas populações. (NALI, 1993).

A saída ricardiana para a situação do estado estacionário estava ligada à ocorrência do progresso técnico e a ampliação do comércio internacional. Assim a produção industrial passaria a ser responsável pela concorrência da taxa de lucro entre a agricultura e a indústria, fazendo com que o excedente não ficasse em mãos de categorias sociais inerentes ao processo de acumulação de capital, tais como sindicalismos exacerbados, especulação financeira ou burocracias ineficientes e estatizantes, que viessem inibir o desenvolvimento econômico. (FILELLINI, 1994).

Discordando da Lei de Say e abandonando a sua análise sobre o princípio da população, Thomas Robert Malthus passa a se preocupar com a questão das crises cíclicas do capitalismo, mais especificamente, do princípio da demanda efetiva, visto que os clássicos analisavam a economia apenas pelo lado da oferta. Dessa forma, passou a explicar que o crescimento da riqueza nacional decorria da existência de fatores agindo ao mesmo tempo, tanto do lado da oferta como da demanda, equilibrados pelos preços do mercado, ficando a cargo da produção e da distribuição a importância na determinação da taxa de crescimento em longo prazo, que culmina com a contabilização dos lucros, rendas e salários na riqueza nacional. (NALI, 1993).

A atitude filosófica de Karl Marx demonstrada em suas preocupações com as leis do movimento do sistema capitalista, não pode ser confundida com a teoria do desenvolvimento, visto que, no entendimento de Marx, o desenvolvimento decorre de contradições internas crescentes, que pode resultar em desequilíbrio levando o modelo capitalista ao caos total, com sérios prejuízos, não só para os trabalhadores, como para os donos do capital. Para dar



sustentação econômica a sua teoria filosófica, Karl Marx busca identificar no plano econômico as relações de produção do regime capitalista e os fatores que determinam a ocorrência dessas forças produtivas, visando criar o desenvolvimento econômico, com vistas às superações das crises do regime capitalista. (FURTADO, 2000).

No entender de Marx, o crescimento econômico existiria a partir do fim das crises cíclicas do modelo capitalista, se transformado em uma economia centralizada, com substituição direta do modelo de mercado, sem os malefícios do trabalho assalariado e com a implantação plena da igualdade de condições sociais e econômicas para todos. (FILELLINI, 1994).

Mesmo diante da diversidade das escolas e do grande número de autores, a análise neoclássica destaca-se pela sua unicidade, ficando difícil apontar esse ou aquele economista ou grupo de economistas que melhor represente os estudos ou os resultados alcançados com os trabalhos econômicos que destacavam através da abordagem microeconômica a existência do equilíbrio na relação entre o consumidor e o produtor, ou entre a oferta, a demanda e os preços e, também, entre o geral e o ótimo para o processo de troca. (DELFAUD, 1987).

Na visão dos neoclássicos, mais especificamente, Alfred Marshall, o desenvolvimento se dá de forma gradual, contínua e harmônica, visto que a preocupação concentrava-se em curto prazo e no plano microeconômico do comportamento do mercado, que tem na parcimônia familiar a formação da poupança, regulada pela taxa de juros, permitindo a ocorrência do consumo no futuro, visando a acumulação de capital e a estabilidade social do sistema, resultando em um maior crescimento e desenvolvimento econômico.

Marshall demonstrou em seus estudos⁴ a preocupação com fatores não econômicos, voltados ao aperfeiçoamento do desenvolvimento, destacando o avanço e a credibilidade das instituições e suas leis, o funcionamento perfeito da mobilidade da mão de obra, o crescimento urbano e a ampliação do mercado interno e, principalmente, os investimentos em educação com destino a melhoria do capital humano, visando diminuir o nível de pobreza e suas implicações diretas na economia e na sociedade. (NALI, 1993).

Enquanto que para os clássicos o grande problema do desenvolvimento econômico é a conciliação do crescimento com a distribuição, fazendo com que as mudanças econômicas fiquem na dependência da expansão demográfica, da ocorrência de rendimentos decrescentes da agricultura e, principalmente, do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas; para os

⁴ Marshall, 1982 v.2, p .307



neoclássicos a harmonia individual produz a harmonia social, gerando um círculo virtuoso entre poupança, acumulação, inovações tecnológicas, crescimento distribuição e desenvolvimento, cabendo ao Estado o papel regulador dos direitos individuais e do bem estar da sociedade. (ROSSETTI, 1987).

As abordagens dinâmicas do desequilíbrio, defendidas pelos neoclássicos, ficam claras quando observadas pela ótica de que os desarranjos passageiros ou permanentes provocam modificações na estabilidade das economias, criando-se assim novas situações de equilíbrio, graças à dinâmica intertemporal com a utilização de outras variáveis tais como: recursos naturais, expansão das populações e do nível de emprego, aumento dos investimentos produtivos e, principalmente, do emprego maciço de tecnologia no processo produtivo. (DELFAUD, 1987)

Recorrendo aos clássicos, Joseph A. Schumpeter destaca o dinamismo da oferta para explicar o crescimento econômico, cujas variáveis principais estão focadas no papel do empresário inovador e nas grandes linhas de crédito como fonte de investimentos. A análise do crescimento econômico, defendida por Schumpeter, decorre das inúmeras e constantes adaptações da economia às crises econômicas existentes. Já o desenvolvimento econômico se destaca por si só, quer pelas mudanças espontâneas no fluxo circular ou na tendência do equilíbrio, buscando a cada momento um novo estado de equilíbrio. Todas essas mudanças dão-se de dentro para fora do modelo econômico, com elevado grau de imprevisibilidade, através das revoluções produtivas, tanto no âmbito comercial quanto industrial, gerando novos produtos ou novas combinações produtivas. (FELILLINI, 1994).

A melhor definição de desenvolvimento schumpeteriano pode ser dada pelo fato do desenvolvimento econômico apresentar-se, desuniformemente ao tempo com alternância de períodos de prosperidade e de depressão. Esse processo está intimamente ligado ao conhecimento tecnológico; à existência de instituições fortes e eficientes; ao espírito capitalista dos negócios, promotor de fortes mudanças qualitativas e quantitativas nas variáveis econômicas do fluxo circular e, na busca constante de novas posições de equilíbrio para a economia e a sua estrutura como um todo. (NALI, 1993).

Autor da mais influente obra⁵ de economia do século XX, John Maynard Keynes também se contrapôs aos princípios clássicos, negando a existência da mão invisível de Adam Smith e das proposições da Lei de Say, sendo um dos mais vorazes defensores do princípio da demanda efetiva. A grande depressão de 1929 possibilitou a Keynes provar que o binômio: poupança

⁵ Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.



investimento, juntamente com a intervenção do Estado na economia, pode modificar a situação de desequilíbrio estrutural, caracterizada por forte desemprego, decorrente da recessão que assolou os EUA e outras economias diretamente atreladas aos americanos. Essa visão keynesiana do problema acabou promovendo, em curto prazo, um novo cenário econômico de recuperação e de crescimento, porém sem a existência de desenvolvimento econômico. (FILELLINE, 1994).

O polonês Michael Kalecki foi um dos economistas interessados pelo funcionamento da economia capitalista e, para tanto, também se aprofundou na análise do princípio da demanda efetiva, tendo no investimento, consumo dos capitalistas, gastos do governo e nas exportações as variáveis mais importantes no nível da atividade econômica. Na visão kaleckiana, o nível de investimento e o problema de financiamento internos ou externos desse investimento, juntamente com a intervenção do Estado para a correção das distorções e estrangulamentos estruturais, são fundamentais para a ocorrência do desenvolvimento econômico. (NALLI, 1993).

3. As análises cepalianas sobre o crescimento e desenvolvimento da América Latina

Muito mais do que as inúmeras ações internas praticadas pelas diversas correntes econômicas das outras escolas, os estruturalistas⁶ utilizaram a CEPAL⁷ como o nascedouro das ideias econômicas para a solução dos problemas do subdesenvolvimento na América Latina e no Caribe, questionando e melhorando as visões clássicas e keynesianas sobre a má utilização dos fatores de produção e suas consequências diretas e indiretas, apontando-as como as responsáveis diretas do *circulo vicioso da pobreza*⁸ nos países não desenvolvidos e, em especial na América Latina e Caribe.

Nessa linha de raciocínio, Raul Prebisch, ex Ministro da Economia da Argentina e um dos fundadores e principal líder da CEPAL, por muitos anos, mesmo aceitando as propostas keynesianas do individualismo e da liberdade e eficiência originada da descentralização e responsabilidade, questionava a falta de alternativas para a correção das falhas do regime capitalista, principalmente no tocante ao nível do emprego. Apontou também, como falha e irreal, a ocupação fixa e ótima dos fatores de produção, em razão da alocação espontânea propiciada pelas forças de mercados, tal qual defendiam os pressupostos clássicos. Prebisch

⁶ O estruturalismo originou-se do pensamento cepaliano sobre as relações centro periferia, tidas como estruturais e determinantes para a ocorrência do subdesenvolvimento.

⁷ A Comissão Econômica para a América Latina foi criada pela ONU em fevereiro de 1948 com o grande objetivo de estudar e apresentar soluções para os problemas decorrentes do subdesenvolvimento na América Latina e Caribe.

⁸ A denominação de Circulo Vicioso da Pobreza foi dada por Ragnar Nurkse em 1934 quando assessor da Sociedade das Nações precursora da ONU.



buscava na verdade um ponto comum e ideal entre o liberalismo e o socialismo, principalmente em razão das ocorrências das enormes desigualdades sociais dentro de um universo de excedentes econômicos. (MORAES, 1995).

No entender da CEPAL o desenvolvimento seria alcançado pela expansão do bem estar, decorrente da elevação da renda real das populações dos países periféricos, caso a produtividade média dos trabalhadores crescessem, graças à transferência das técnicas capitalistas de produção para os países não desenvolvidos. Neste sentido, o projeto ideológico defendido pelos estruturalistas estava focado na substituição das importações por produção industrial própria, que deveria resistir os movimentos cíclicos internacionais; a implementação cada vez maior da reforma agrária como atenuante para a repartição da renda e da minimização das forças agro exportadoras; diminuição do papel do capital estrangeiro na formação da poupança interna e a ampliação da liderança do capitalismo industrial nas relações sociais entre os diversos grupos econômicos. (FILELLINI, 1994).

Para os cepalianos o subdesenvolvimento não poderia ficar restrito a questão estrutural da relação centro periferia, visto que o desenvolvimento não seria alcançado com o mesmo receituário empregado nas outras economias e sociedades desenvolvidas e, muito menos ainda, se não ocorresse à quebra do chamado *círculo vicioso da pobreza*, característica destacada nas economias terceiro mundistas, conhecida também por *princípio da causação circular*, conforme definição dada por Gunnar Myrdal. (MORAES, 1995).

Como o uso do capital é pouco incentivado em razão do pequeno tamanho do mercado interno e esse pequeno mercado tem sua origem na baixa produtividade da economia e o baixo nível de produtividade ocorre devido a utilização de quantidade mínima de capital na produção, fato este decorrente do pequeno tamanho da economia e, dessa forma pode-se concluir que, *um país é pobre porque é pobre*. (NURKESE, 1951).

Observadas as condições históricas e institucionais, Celso Furtado, maior economista brasileiro envolvido no movimento estruturalista cepaliano, contrapunha-se à necessidade da criação, na América Latina e mais especificamente no Brasil, de um processo de industrialização nos modelos pré-capitalistas e capitalistas ocorridos na Europa e no resto do mundo no século XVIII, visto que essa forma dualista reafirmava a permanência das economias não industrializadas no cenário de subdesenvolvimento contemporâneo.

Acrescentou ainda que os modelos capitalistas exploradores são incapazes de modificar as estruturas econômicas das regiões onde se instalam, visto que não faz com que haja aumentos nas



massas salariais para acelerar o crescimento regional, sem contar o fato da criação de excedentes de mão de obra, criando assim estoques de trabalhadores com facilidade de aceitar baixos salários para sobreviverem, enfraquecendo ou se quer criando novos mercados internos. (FILELLINI, 1994).

As cabeças pensantes da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, favoráveis às ideias cepalianas, readaptaram as teorias estruturalistas às necessidades e realidades brasileiras, criticando os princípios básicos da tese cepaliana, fazendo surgir o chamado *capitalismo tardio*⁹, que apontou os principais entraves para o crescimento da economia brasileira, levando-se em conta o processo tardio da industrialização do país em cada uma das suas etapas.

Destacou-se a fase da substituição das importações de bens de consumo com o emprego de tecnologia de pouco capital, promovendo assim a expansão horizontal do mercado, graças ao emprego abundante de mão-de-obra. Na segunda etapa a substituição ocorre para os bens de consumo sofisticados e bens de capital, através a intensificação das atividades industriais em razão da utilização de grandes quantidades de capital, ocasionando a geração de mais emprego, promovendo assim a expansão vertical do mercado via concentração de renda.

92

Vale frisar que o processo todo exige a presença do Estado como agente regulador e principalmente responsável pela utilização de infraestrutura necessária para a atração do capital produtivo e, como ficou provado, somente a partir de 1955 a economia brasileira conseguiu a presença tridimensional de produção com o departamento de bens de produção – D1, departamento de bens de consumo corrente – D2 e o departamento de bens duráveis – D3, conforme receituário disponível no modelo capitalista. (FILELLINI, 1994).

O principal enfoque cepaliano na pauta da reunião na Cidade do México em 2000 foi dado ao binômio: educação e emprego, visto que somente com essas duas variáveis, interdependentes, a América Latina poderá alcançar dias melhores, considerando a necessidade do aumento da renda percapita e, para tanto, a necessidade maior da melhoria do nível educacional das suas populações frente ao crescimento do processo tecnológico no setor produtivo. (CEPAL, 2002).

Complementando o enfoque abordado pela CEPAL, destaque especial os aspectos econômicos e sociais relacionados à existência de falácias sobre o crescimento e desenvolvimento da economia latina americana, tais como: a negação ou minimização da pobreza; a paciência e a

⁹ Originário do economista João Manuel Cardoso de Melo, juntamente com contribuições de Caio Prado Junior e Maria da Conceição Tavares, a análise cepaliana demonstrou as razões que levaram a formação tardia do setor de produção de bens de capitais no Brasil.



aceitação por ser pobre; a aceitação de qualquer crescimento ser suficiente, a desigualdade ser um fator natural e não impeditivo do desenvolvimento; o abandono das políticas sociais, a maniqueização do Estado; a falta de ética e a aceitação comum como não houvesse alternativas; que podem ser aplicadas ao Brasil e, por que não afirmar, que não há distância da realidade econômica e social da Região do Vale do Ribeira. (KLIKSBURG, 2001).

Não deixa de ser inegável que a CEPAL teve de revisar suas concepções teóricas, principalmente frente ao avanço do neoliberalismo econômico imposto na América Latina por parte do Consenso de Washington, cuja lição de casa foi prontamente atendida pelos países subdesenvolvidos da América Latina, com vistas à busca da estabilidade macroeconômica a curto ou médio prazo, quer via estabilidade monetária ou pela crescente subordinação econômica e política dos países membros junto aos países centrais e, por fim, via a regulação dos fluxos internacionais de capital tão necessário para o equilíbrio do balanço de pagamento dos países pobres da América Latina. (FERRAZ & CROCCO & ELIAS, 2003).

4. Os paradigmas do crescimento e desenvolvimento econômico

93

Os teóricos e estudiosos dos paradigmas do crescimento e desenvolvimento econômico não conseguem entrar em consenso a respeito do melhor modelo para este ou aquele país não desenvolvido. Isso ocorre, principalmente, pelo fato dos modelos serem importados e criados para os países já desenvolvidos.

Longe, portanto, da realidade das economias subdesenvolvidas, que apresentam características de desemprego de longo prazo, com baixo volume de capital e tecnologia por trabalhador e com forte ocorrência de equilíbrio no subdesenvolvimento; obrigando-o a se encaixar nos modelos exportados ou impostos pelos organismos financeiros internacionais. (MAGALHÃES, 1996).

O termo desenvolvimento econômico, a partir dos anos 1950, esteve associado as mais diversas concepções defendidas por diversos economistas e suas academias, variando desde o crescimento econômico, a dissociação, ao codesenvolvimento, ao desenvolvimento sustentável, até finalmente, como proposta da ONU, chegar à discussão sobre “governança global”, entre outras. (BECHER & WITTMANN, 2003).



Quadro I - Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento pós 1950

Estratégia básica	Período	Principais elementos	Ênfase
Modernização ou Desenvolvimento Tardio	Década de 50	Industrialização, Substituição das importações, Fomento das exportações e Revolução verde	Setorial, Econômica, Orientada para o crescimento
Dissociação ou Desenvolvimento Endógeno	Década de 60	Desenvolvimento do mercado interno, self reliance	Política
Equacionamento das necessidades básicas	Década de 70	Orientação para a miséria e grupos marginalizados específicos. Participação	Regional e social
Ajuste estrutural	Década de 80	Desregulamentação, flexibilidade, equacionamento da dívida, balanço e inflação interna.	Econômica
Desenvolvimento sustentável	Década de 90	Desenvolvimento sócio econômico participativo e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais	Regional, ambiental e socioeconômica.
Governança global	Fim dos anos 90	Novas formas de regulação global. Conferências mundiais	Global e política

Fonte: (BECKER & WITTMANN, 2003 – p. 162)

O quadro disposto acima retrata as principais ideias, tidas como revolucionárias para as suas épocas, sobre o crescimento e desenvolvimento, e, alguns conceitos dominantes por parte de escolas ou grupos de economistas, que deram origem as principais estratégias e, ao mesmo tempo, a ocorrência, desde os anos 1950, dos paradigmas voltados ao crescimento e desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos e não desenvolvidos.



Tais paradigmas, em um conceito micro, também podem ser transcritos e aplicados em regiões não desenvolvidas, muitas vezes em descompasso com tempo e sucesso da estratégia aplicada em outras regiões ou países e, de forma, retardatária, apresentando resultados satisfatórios, visto que os erros praticados em situações anteriores eram eliminados ou corrigidos a tempo do insucesso.

Segundo o economista Dieter Rugard Siedenberg, mencionado em (BECKER & WITTMANN, 2003), cabe ressaltar que os países ou regiões não desenvolvidas buscam, a medida da ocorrência de insucessos econômicos, políticos e sociais, alternativas para o crescimento e desenvolvimento. Para tanto, se valem da disponibilidade de recursos domésticos, quando existirem, ou, na maioria, internacionais, para a mudança do paradigma do desenvolvimento almejado pela sua população, observadas e respeitadas, na maioria das vezes, as condições específicas de cada uma dessas regiões ou países não desenvolvidos, dentro dos contextos internacionais em que se encontram ou são tidos pelas economias mais desenvolvidas.

Tais insucessos aumentam a medida que governantes sem compromissos democráticos ou éticos com os seus respectivos países, acabam provocando o malogro das suas políticas econômicas e, de forma indireta, ocasionam o retardamento do crescimento econômico das suas nações.

4.1. As estratégias referentes à modernização por industrialização ou desenvolvimento tardio

A modernização por industrialização também conhecida como desenvolvimento tardio foi o primeiro paradigma, pós-guerra e nos anos 1950, resultante da necessidade da obtenção do desenvolvimento econômico, principalmente para as economias subdesenvolvidas da América Latina e, em especial o Brasil, visando sua inserção no novo contexto da ordem econômica mundial.

O processo de industrialização tardia teve três fases distintas e com características específicas para alguns países latino americanos, entre elas destacam:

a) a industrialização por substituição das importações, decorrentes das dificuldades impostas pela II Guerra Mundial, originando a expansão dos mercados internos dos países subdesenvolvidos;



b) crescimento das exportações tanto do setor primário, que já possuía mercado externo garantido, quanto dos produtos industrializados, que disponham de vantagens comparativas, decorrentes da divisão internacional do trabalho;

c) estímulos à criação dos pólos de desenvolvimento regional e setorial, promovendo ondas de crescimento e as diferenciações espaciais, distinguindo os centros desenvolvidos das periferias subordinadas aos interesses externos e, ao mesmo tempo, despertando críticas e controvérsias quanto aos resultados. (BECKER & WITTMANN, 2003).

Os países subdesenvolvidos sofrem pressões internas e externas para a ocorrência de mudanças do cenário econômico e, muitas vezes, mesmo fazendo todo o esforço econômico e político necessário, tais modificações não ocorrem e acabam provocando danos à antiga ordem social, desaguando no dualismo econômico sociológico.

Essa nova situação acaba gerando um padrão internacional de acumulação, visto que as atividades do setor primário passam a receber grandes volumes de investimentos com o objetivo de atender demandas do setor externo importador, estimulando o crescimento da população sem a contra partida da mudança tecnológica correspondente na produção, contrapondo-se com o setor industrial.

96

O segmento industrial geralmente nas mãos de multinacionais, emprega nas regiões menos desenvolvidas, tecnologias defasadas em relação a matriz, porém superiores ao cenário doméstico, sem condições para absorver a mão-de-obra excedente do setor agrícola. Essa situação anacrônica acaba promovendo um crescente desemprego, tanto nas áreas rurais como urbanas, já que não existem condições propícias para a especialização dessa mão-de-obra. Conseqüentemente, surgem massas de trabalhadores com baixos salários, agravando ainda mais o cenário econômico inicial que era a busca do crescimento e desenvolvimento econômico do país, trazendo de volta o ciclo vicioso criado pela tentativa de sair do subdesenvolvimento. (FILELLINI, 1994).

No entender da CEPAL o desenvolvimento seria alcançado pela expansão do bem estar, decorrente da elevação da renda real das populações dos países periféricos, caso a produtividade média dos trabalhadores crescessem, graças à transferência das técnicas capitalistas de produção para os países não desenvolvidos. Neste sentido, o projeto ideológico defendido pelos estruturalistas estava focado na substituição das importações por produção industrial própria, que deveria resistir os movimentos cíclicos internacionais.



Paralelamente deveria ocorrer a implementação cada vez maior da reforma agrária como atenuante para a repartição da renda e da minimização das forças agro exportadoras; juntamente com a diminuição do papel do capital estrangeiro na formação da poupança interna e a ampliação da liderança do capitalismo industrial nas relações sociais entre os diversos grupos econômicos. (FILELLINI, 1994).

No caso brasileiro, segundo (SOUZA, 1993), o Estado sempre foi o grande responsável pela utilização da infraestrutura necessária para a viabilização do processo de crescimento econômico, possibilitando que a iniciativa privada pudesse retirar vantagens competitivas do processo econômico brasileiro.

Se comparada a outros países, na visão de (SOUZA, 1993), a economia brasileira caracterizou-se pela produção em grande escala, graças a presença do capital estatal, dos investimentos nacionais e estrangeiros, que promoveram uma rápida substituição das importações, responsável direto pelo crescimento ocorrido nos anos 1949 a 1964, haja visto que as exportações estavam estagnadas.

Já, a partir de 1968, passaram a ser responsáveis diretas pelo ingresso de moedas estrangeiras, sustentando as nossas importações de bens de consumo e insumo industriais, mudando a composição das nossas exportações, com forte ênfase aos produtos industrializados. (SOUZA, 1993).

Dessa forma, pode-se dividir o crescimento econômico brasileiro em períodos de sucessos e de fracassos. Se comparado com outros países em desenvolvimento, se obteve muito mais sucessos, visto que, em médias, teve-se um crescimento do Produto Interno na ordem de 7,5% entre os anos de 1948 a 1980, com forte queda nos anos de 1963 a 1965. Excluindo-se esses três anos ruins, chega-se a uma média de crescimento de 8,1% ao ano, inferior apenas ao Japão e a Coréia do Sul, podendo ser considerado um excelente resultado para uma economia que ficou presa ao modelo agro exportador por mais de 400 anos, retardando o processo de crescimento econômico do país com sérios comprometimentos no desenvolvimento social e político da nação. (LEITE, 1999).

Detalhando-se o período de 1948 a 1980, que apresentou uma inflação média de 34% ao ano, em subperíodos observa-se que, entre os anos de 1948 a 1961, o crescimento médio da economia brasileira deu-se em 7,65% ao ano com a inflação crescente em torno de 10% a 30% ao ano. O mesmo não ocorre com os anos 1962 a 1964, quando a economia brasileira esteve submetida à desordem institucional e política, com graves consequências econômicas e sociais



para o país, fazendo com que o produto interno bruto apresentasse quedas acentuadas e desestruturadoras, auxiliadas pela explosão da inflação que atingiu 90% ao ano, interrompendo o processo de crescimento alcançado nas décadas anteriores. (LEITE, 1999).

Com a tomada do poder por parte dos membros da Revolução de 1964, que mantiveram a base do discurso desenvolvimentista, o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG propunha a retomada do crescimento e desenvolvimento, através dos aumentos dos investimentos, da busca da estabilidade dos preços, da diminuição dos déficits da balança de pagamentos e da remoção dos desequilíbrios regionais.

Sabe-se que o PAEG promoveu enormes reformas necessárias para a sustentação do crescimento nos anos seguintes e, principalmente, no II PND, embora tenha também promovido contenções salariais, fazendo com que o consumo fosse reduzido, quer via política monetária e creditícia enxuta ou política fiscal arrochada. Durante os anos de 1965 a 1967 ocorreu uma recuperação modesta do produto, crescendo anualmente da ordem de 4,4% em média, devido ao forte controle contracionista do processo inflacionário brasileiro, praticado a mãos de ferro pelos militares, que conseguiram reduzi-la para o patamar de 30% ao ano, gerando um forte desaquecimento da produção e do emprego, principalmente nos grandes centros urbanos. (LEITE, 1999).

O grande milagre do crescimento econômico brasileiro ocorreu nos anos 1968 a 1974, com o Produto Interno Bruto - PIB atingindo um crescimento médio de 10,7% ao ano, tendo ainda de pano de fundo a queda da inflação para a ordem de 15,5% no ano de 1973, quando ocorreu o primeiro choque do petróleo, complicando as contas da balança comercial brasileira e, muito mais, comprometendo o vetor de crescimento da economia do país, que era chamado pelos burocratas do regime militar de "ilha da prosperidade" ou de "celeiro do mundo". (LEITE, 1999).

Nessa época, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND esteve em plena execução sob a ordem do processo desenvolvimentista dos governos Médici e Geisel, tendo como objetivo principal a modernização da economia brasileira, forçando uma fuga das consequências diretas da recessão mundial oriunda do choque do petróleo ocorrida em 1973.

Observadas as condições históricas e institucionais, Celso Furtado, maior economista brasileiro envolvido no movimento estruturalista cepaliano, contrapunha-se à necessidade da criação, na América Latina e mais especificamente no Brasil, de um processo de industrialização nos modelos pré-capitalistas e capitalistas ocorridos na Europa e no resto do mundo no século



XVIII, visto que essa forma dualista reafirmava a permanência das economias não industrializadas no cenário de subdesenvolvimento contemporâneo.

Acrescentou ainda que os modelos capitalistas exploradores são incapazes de modificar as estruturas econômicas das regiões onde se instalam, visto que não faz com que haja aumentos nas massas salariais para acelerar o crescimento regional, sem contar o fato da criação de excedentes de mão de obra, criando estoques de trabalhadores com facilidade de aceitar baixos salários para sobreviverem, enfraquecendo ou se quer criando novos mercados internos. (FILELLINI, 1994).

Os estudiosos da cátedra de economia presentes na UNICAMP, favoráveis às ideias cepalianas, readaptaram as teorias estruturalistas às necessidades e realidades brasileiras, criticando os princípios básicos da tese cepaliana, fazendo surgir o chamado *capitalismo tardio*¹⁰, que apontou os principais entraves para o crescimento da economia brasileira, levando-se em conta o processo tardio da industrialização do país em cada uma das suas etapas.

Ainda segundo (FILELLINI, 1994), destacou-se a fase da substituição das importações de bens de consumo com o emprego de tecnologia de pouco capital, promovendo a expansão horizontal do mercado, graças ao emprego abundante de mão-de-obra.

99

Na segunda etapa, a substituição ocorre para os bens de consumo sofisticados e bens de capital, através a intensificação das atividades industriais em razão da utilização de grandes quantidades de capital, ocasionando a geração de mais emprego, promovendo a expansão vertical do mercado via concentração de renda. Vale frisar que o processo todo exige a presença do Estado como agente regulador e principalmente responsável pela implementação de infraestrutura necessária para a atração do capital produtivo.

No caso brasileiro, como ficou provado, somente a partir de 1955 a economia conseguiu a presença tridimensional de produção com o departamento de bens de produção – D1, departamento de bens de consumo corrente – D2 e o departamento de bens duráveis – D3, conforme receituário disponível no modelo capitalista. (FILELLINI, 1994).

O principal enfoque cepaliano na pauta da reunião na Cidade do México em 2000 foi dado ao binômio: educação e emprego, visto que somente com essas duas variáveis, interdependentes, a América Latina poderá alcançar dias melhores, considerando a necessidade do aumento da renda percapita e, para tanto, a necessidade maior da melhoria do nível

¹⁰ Originário do economista João Manuel Cardoso de Melo, juntamente com contribuições de Caio Prado Junior e Maria da Conceição Tavares, a análise cepaliana demonstrou as razões que levaram a formação tardia do setor de produção de bens de capitais no Brasil.



educacional das suas populações frente ao crescimento do processo tecnológico no setor produtivo. (CEPAL, 2002).

Complementando o enfoque abordado pela CEPAL, deve ser dado destaque especial os aspectos econômicos e sociais relacionados à existência de falácias sobre o crescimento e desenvolvimento da economia latina americana. Esses destaques podem ser enunciados como: a negação ou minimização da pobreza; a paciência e a aceitação por ser pobre; a aceitação de qualquer crescimento ser suficiente, a desigualdade ser um fator natural e não impeditivo do desenvolvimento; o abandono das políticas sociais, a maniqueização do Estado; a falta de ética e a aceitação comum como não houvesse alternativas; que podem ser aplicadas ao Brasil e, por que não afirmar, que não há distância da realidade econômica e social da Região do Vale do Ribeira. (KLIKSBERG, 2001).

Não deixa de ser inegável, segundo (FERRAZ et al, 2003), que a CEPAL teve de revisar suas concepções teóricas, principalmente frente ao avanço do neoliberalismo econômico imposto na América Latina por parte do Consenso de Washington, cuja lição de casa foi prontamente atendida pelos países subdesenvolvidos da América Latina. Esse receituário tinha como proposta a busca da estabilidade macroeconômica no curto ou médio prazo quer via estabilidade monetária ou pela crescente subordinação econômica e política dos países membros junto aos países centrais. Por fim, a submissão se concretizou, via a regulação dos fluxos internacionais de capital tão necessário para o equilíbrio do balanço de pagamento dos países pobres da América Latina.

Mesmo tratando do enfoque em curto prazo, com algumas modificações, o modelo keynesiano serviu para que outros economistas seguidores das propostas de Keynes pudessem apresentar análises de longo prazo para os estudos da ocorrência de crescimento econômico equilibrado das respectivas flutuações que o acompanhavam.

Dentre os modelos pós-keynesianos, segundo (DELFAUD, 1987), de base destacam-se o modelo de Domar e de Harrod. O primeiro, muito mais fiel a Keynes, analisou, inicialmente, o efeito renda e seus desdobramentos frente aos volumes de investimentos e, em uma segunda etapa, o efeito da variação da capacidade produtiva decorrente do montante de investimento aplicado, visando, em longo prazo, a absorção da produção excedente através do efeito multiplicador, que definirá a taxa de crescimento de equilíbrio do investimento.

Já o modelo de Harrod, não tão fiel a Keynes, tem sua análise baseada na previsão em curto prazo incidente sobre a demanda efetiva para um determinado volume de produção e emprego e, em longo prazo, sobre a avaliação dos rendimentos futuros dos capitais investidos, ou



melhor, sua eficiência marginal para a tomada de decisão quanto ao investimento por parte dos capitalistas. (DELFAUD, 1987).

Levando-se em conta a situação em que os investimentos ou a produção podem não crescer no montante estimado ou ainda apresentarem resultados diferentes aos propostos pelos modelos acima mencionados, que busca garantir o equilíbrio, exigindo maiores esforços para a expansão dos investimentos e da produção na busca contínua do pleno emprego sem que ocorra um processo inflacionário descontrolado. Neste sentido, os neocambridgeanos desenvolveram estudos para encontrar, no mecanismo de distribuição, alternativas para a regulação interna do modelo Harrod-Domar. O modelo de Harrod passa a ser questionado quando a relação fixa imposta entre o nível de produção e o investimento, responsável direta pelo impedimento de substituição de mão-de-obra por capital e vice versa.

O pessimismo apontando pelos modelos pós-keynesianos, encontra resposta na análise neoclássica desenvolvida pelo economista Robert Solow¹¹, que consegue apresentar a autoregulação do sistema com a substituição das variáveis contidas nos fatores de produção. Solow defende uma maior flexibilidade entre o nível de produção e os investimentos, visto que, o crescimento econômico próximo ao pleno emprego, poderá sofrer menores ajustes, caso exista a possibilidade dos capitalistas substituírem a mão-de-obra por máquinas e equipamentos, quando o custo da mão de obra for aumentado. No sentido contrário, quando a oferta de mão-de-obra for maior que a demanda e os salários ficarem menores, poderá ocorrer a substituição do trabalho morto por trabalho vivo, fazendo com que o equilíbrio e o pleno emprego sejam mantidos. (DELFAUD, 1987).

A tese da “decolagem” de Rostow¹² partiu da comparação da economia ao vôo de um avião, ou seja, quanto de empuxo, velocidade e altura ele precisa para não cair? Assim, sua teoria passou a considerar, da mesma forma que um avião, as etapas necessárias para a ocorrência do crescimento econômico, observado os antecedentes históricos das economias envolvidas e concluiu que existem cinco etapas históricas econômicas para que uma nação ou região possa atingir o ponto mais alto do crescimento e desenvolvimento, tais como: sociedade tradicional, pré-condição para a decolagem, rumo a maturidade e consumo de massa. (FILELLINI, 1994).

¹¹ Artigo seminal sobre o crescimento e desenvolvimento econômico – “A Contribution to the Theory of Economic Growth” publicado em 1956, valendo-lhe o Premio Nobel de Economia em 1987.

¹² Economista americano, professor de economia e história da Universidade do Texas, publicou em 1961 a obra *The Stages of Economic Growth* na qual destacou a teoria da decolagem para o crescimento econômico.



A sociedade tradicional pouco tem de crescimento econômico e está diretamente ligada ao setor agrícola, fazendo uso de pouca ou nenhuma tecnologia, apresentando um baixo índice de produtividade e níveis baixíssimo de renda per capita, sem qualquer possibilidade futura de melhoria social. Isso se dá em decorrência da concentração do poder político econômico e social nas mãos de uma pequena estrutura da sociedade, culminando na ausência do Estado e lembrando ao período feudal adaptado a era moderna.

Na etapa correspondente a pré-condição para a decolagem pouco existe de diferença da situação anterior, a não ser o fortalecimento do Estado e o surgimento de um grau maior do nacionalismo, com o cunho de preservar a sociedade e suas buscas pelo progresso econômico.

Todas as barreiras impeditivas do crescimento foram eliminadas, na terceira etapa do processo chamado de decolagem, graças à presença do Estado como orientador do processo modernizante e responsável direto pela disponibilização de infraestrutura.

Contribui também, segundo (FILELLINI, 1994), a existência de grupos idealistas respeitados pela sociedade, responsáveis diretos pela introdução de novos métodos de produção com o emprego de tecnologia, exigindo que a poupança e o investimento superem a taxa de 10% ao ano da renda nacional, mesmo que parte do capital tenha origem em economias internacionais. Nesse sentido, faz-se com que o resultado do crescimento econômico corresponda ao acréscimo de novos empresários atraídos pelo lucro e acumulação decorrente do novo processo.

A busca do rumo a maturidade ocorre após um período considerável e longo de progresso sustentado, com alguns percalços econômicos ou políticos, porém sem muito abalo para o crescimento. Faz-se necessário que os investimentos sejam da ordem de 10% a 20% da renda nacional, bem como ocorra o emprego de tecnologia mais moderna nas diversas atividades econômicas. Esses investimentos visam agregar valores a produção que tem que ser maior que o crescimento populacional, permitindo uma melhor relação de trocas internacionais, que produziram modificações sociais econômicas e políticas, dando sustentação para as gerações seguintes no tocante ao bem estar desejado.

O último estágio, embora utópico, é atingido quando o bem estar social ocupa maior espaço que as questões econômicas. Isso ocorre em razão do aumento da renda per capita tal ponto que o consumo supera as necessidades biológicas, a força de trabalho se modifica e as áreas urbanas passam a concentrar partes consideráveis da população, que passa a integrar e fortalecer o setor de serviços, fazendo com que o crescimento e o desenvolvimento econômico



não fiquem restritos a um único país e seja sim repassado ou copiado por outras nações na busca de um equilíbrio internacional. (FILELLINI, 1994).

4.2. As estratégias referentes à dissociação ou desenvolvimento endógeno

O desenvolvimento endógeno teve sua origem na década de 1970 em decorrência dos desequilíbrios gerados pelo processo de reorganização da produção e das transformações marcadas pela globalização, quando começaram a se destacar as propostas de crescimento e desenvolvimento “*da base para o topo*”. (CORREA, 2003).

Dessa forma, o desenvolvimento endógeno ou dissociado passa ser a tentativa de alguns países em isolarem-se do processo nocivo da modernização por industrialização, responsáveis por acentuação das desigualdades sociais e econômicas, buscando-se o crescimento do mercado interno com forte subsídio para a produção agrícola. Dentre os países que optaram pelo modelo do desenvolvimento endógeno destacam-se a China, Cuba, Chile, Egito e Peru, na sua maioria com tendência fortemente socialista.

A partir dos anos 1980, segundo (BARQUERO, 2001), o crescimento endógeno, que está vinculado ao processo de industrialização endógena, ganha força no cenário econômico internacional passando a ser um novo paradigma para os governos interessados em fugir dos modelos tradicionais e impostos pelos países mais desenvolvidos. Assim sendo, passou-se a discutir com maior profundidade o efeito da ação pública sobre as localidades e regiões não desenvolvidas, contrapondo-se ao fracasso ou esgotamento do modelo de desenvolvimento “*de fora para dentro*” praticado nos anos 1960 e 1970, em detrimento da nova proposição da teoria territorial do desenvolvimento, do desenvolvimento autocentrado e do desenvolvimento “*de baixo para cima*”.

Nos anos 1990 os estudiosos do modelo de desenvolvimento endógeno conseguem identificar as causas da ocorrência de variações no crescimento das regiões, que mesmo submetidas às mesmas condições econômicas, políticas e sociais ainda apresentavam disparidades nos resultados finais. (CORREA, 2003).

Neste sentido, a teoria endogenista passou a fornecer parâmetros que permitissem a administração interna das variáveis contidas nos fatores de produção, tais como capital social, capital humano, tecnologia e recursos financeiros, de modo que cada região pudesse extrair o máximo possível das suas vantagens estratégicas e competitivas. Dessa forma, cada região ou território de forma específica, passa a empregar diversos mecanismos associados ao esforço



permanente de mobilização ou organização das comunidades locais, urbanas ou rurais, voltados ao crescimento e desenvolvimento interno, mesmo que seja em patamares menores que as médias das outras regiões ou territórios. (CORREA, 2003).

Esse novo modelo ainda visa ampliar o atendimento das demandas econômicas, sociais e políticas das populações locais e regionais. Isso ocorre através da iniciativa e participação das comunidades envolvidas e interessadas na melhoria dos processos em questão, mantidas as identidades próprias e fazendo-se uso de estratégias específicas de ação inibidoras de limitações impostas por organizações externas sobre as potencialidades locais ou regionais. (BARQUERO, 2001).

O processo de crescimento dualista, resultante da existência de excedentes oriundos dos setores agrícola e industrial, juntamente como o crescimento endógeno, parte do princípio da alta disponibilidade de mão de obra barata. Dessa forma fica claro que a abundância de mão de obra barata e descartável pode ser redirecionada para a reforma agrária, visando a ampliação do mercado interno e, ao mesmo tempo, minimizando o impacto causado pela heterogeneidade das economias periféricas. O fato das economias não desenvolvidas serem obrigadas a atuarem em vários campos, ao mesmo tempo, acaba não produzindo os resultados necessários para a erradicação da pobreza, dentro de um universo de projetos não acabados, empregando de forma errada os poucos recursos financeiros, levando o país ou região ao grau maior de endividamento ou de fracasso econômico e social. (SACHS, 2004).

Demonstra-se assim não existir apenas um caminho para que a industrialização seja alcançada, quer seja via atividades artesanais e comerciais melhoradas ou, com maior frequência, decorrente das forças dinamizadoras do processo de crescimento e das mudanças estruturais das economias locais ou regionais, graças a acumulação de capital e introdução de tecnologias. (BARQUERO, 2001).

A geração de novos empregos, dentro de um cenário com a inflação controlada, poderá promover o crescimento econômico necessário, caso as importações sejam mínimas e a elasticidade da oferta de bens de salários seja produzida internamente pelo fortalecimento do mercado interno. (SACHS, 2004).

Diferentemente das ideias defendidas pela teoria dos neoclássicos, a Teoria do Crescimento Endógeno, acepção frequentemente assumida pelo conceito de desenvolvimento, explica o crescimento econômico de longo prazo. Essa teoria se baseia na afirmativa de que o conhecimento tecnológico é tido como um bem público puro, já que as empresas podem



umentar seus estoques agregados de conhecimento, obtendo retornos marginais maiores frente ao capital empregado para pesquisas & tecnologia.

O conceito de desenvolvimento endógeno resulta da adequação das externalidades positivas nos sistemas produtivos das localidades não desenvolvidas. Permite, como complemento, o surgimento de rendimentos crescentes e da acumulação de capital resultante da atratividade de recursos da economia tradicional, propiciando excedentes oriundos dos processos produtivos, decorrentes da utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, devido a participação atuante dos agentes econômicos das localidades ou regiões não desenvolvidas. (BARQUERO, 2001).

Essa nova visão passou a ser utilizada no sentido positivo, considerando-se que cada região tem suas potencialidades específicas e, quando bem trabalhadas, podem produzir resultados satisfatórios e voltados ao bem-estar da grande maioria. Paralelamente, o capital social passou a ter uma maior importância na composição das variáveis econômicas, políticas e sociais do processo de desenvolvimento endógeno, pois traduz o interesse e o esforço das populações. Em complemento a prática democrática, o capital social é estabelecido por relações sociais institucionalizadas, traduzidas em normas, regras e de redes sociais, resultantes das práticas culturais vivenciadas historicamente por grupos, comunidades e classes sociais com objetivos próprios e únicos. (CORREA, 2003).

Essa vontade grupal de modificação ou preservação do meio em que se vive, visando o melhor para a maioria, pode ser traduzida como a forma de alocação das forças para o crescimento local ou regional, validada pelo conhecimento das suas habilidades e potencialidades.

4.3. As estratégias para o equacionamento das necessidades básicas

Em consequência do fracasso do modelo de modernização via industrialização tardia, do aumento do nível de pobreza nos países periféricos e subdesenvolvidos, bem como, em função da reordenação do conceito de desenvolvimento na declaração de Cocoyoc¹³ no México em 1974,

¹³ “Em primeiro lugar é necessário redefinir objetivos e metas do desenvolvimento. Desenvolvimento só tem sentido quando as pessoas e não as coisas se desenvolvem. Pessoas têm necessidades básicas: alimentação, moradia, vestimenta, saúde e educação. Todo processo de crescimento que não leva a um atendimento destas necessidades – ou mesmo o impede – deve ser entendido como uma deturpação da idéia de desenvolvimento. (...) Um processo de crescimento que só beneficia uma minoria abastada e que só aumenta as disparidades entre países e regiões, não pode ser considerado como desenvolvimento; é, antes disso, exploração” (traduzido por Dieter Rugard Siedenber – Becker & Wittmann, 2003: pág. 163)



o mundo voltasse para a erradicação da miséria, buscando políticas específicas e focadas nos cenários de cada país ou região.

O modelo de Romer leva em consideração as externalidades positivas decorrentes da relação oriunda da acumulação de conhecimento da produtividade marginal decrescente do capital de pesquisa.

Segundo (CLEMENTE & HIGACHI, 2000), se houver compensação da acumulação sobre a produtividade e não ocorrer convergência entre a taxa de crescimento e o nível de renda, tem-se a manutenção do nível de renda per capita se o crescimento dos outros países ocorrer na mesma taxa.

Por outro lado, se houver a convergência e considerando-se que a taxa de crescimento da economia é função crescente do capital, tem-se, neste caso, um maior distanciamento dos países ricos em relação aos países pobres, devido ao maior índice de crescimento econômico que seria alcançado. Essa afirmativa, cujo modelo econométrico acentua a existência de maiores vantagens para os países que possuem maior estoque de capital humano.

Por sua vez, aumenta o estoque agregado de conhecimento disseminando-o para todos da mesma região ou países, mantida a premissa da existência maciça dos volumes de investimentos na educação, visto que as regiões com maior grau de especialização terá sempre a dianteira do processo de produção. Por essa razão, os governantes intervêm nas regiões menos favorecidas no intuito de acelerar o padrão de especialização para suas populações saírem dos baixos estágios de desenvolvimento. (CLEMENTE & HIGACHI, 2000).

Assim, caberá aos governantes regionais utilizarem ao máximo os recursos oriundos da tributação do consumo, das atividades produtivas ou da renúncia fiscal, destinando-os: ao subsídio das pesquisas e desenvolvimento tecnológico; a ampliação das infraestruturas de bens de capital e social que gerem externalidades positivas.

O principal enfoque deverá ser no processo educacional voltado à geração de mão-de-obra técnica e de pesquisas, que possam de alguma forma contribuir para a realização do maior desempenho da economia, sem tão pouco criar bolhas de crescimento e sim promovendo modificações substanciais não só na economia, mas também nas áreas sociais.

O objetivo principal refere-se à inclusão do elemento humano nos padrões necessários para o seu bem estar, traduzido em crescimento econômico para o país e desenvolvimento econômico para a sociedade como um todo, mantendo o máximo possível os recursos naturais para as gerações futuras. O comércio inter-regional ou internacional também poderá ser um fator



disseminador de transferência de conhecimento, valendo-se do princípio que a tecnologia é um bem público nacional ou internacional, que promoveriam ganhos diferenciados para as regiões ou países envolvidos.

Dependendo do estágio econômico que cada um se encontra e das vantagens comparativas embutidas nos seus comércios, poderá até ocorrer redução da taxa de crescimento nas economias menos desenvolvidas. Maiores problemas ocorreriam se a economia mais fraca praticasse o protecionismo econômico, renegando a obtenção de resultados maiores com o livre comércio, mesmo que fosse ao longo prazo ou se ficasse restrita ao plano nacional ou regional na produção de bens tradicionais, com baixa necessidade de tecnologia. (CLEMENTE & HIGACHI, 2000).

Assim, pode-se afirmar que o modelo ideal de desenvolvimento é aquele que maximiza no longo prazo, podendo ser retratado na combinação do crescimento acentuado das exportações e da redução seletiva das importações, visando à obtenção de tecnologia, quer com criação própria ou repassada de maneira direta ou indireta, na forma de aprendizado, por parte das multinacionais aqui instaladas. A presença do Estado passou a garantir a inexistência de gargalos impeditivos do crescimento econômico, através do direcionamento dos investimentos privados para os setores estratégicos do país, sem esquecer, obviamente, das necessidades sociais crescentes e gritantes das populações instaladas nas regiões mais desfavorecidas. (SOUZA, 1993).

Acrescente-se ainda a necessidade da presença do Estado no tocante as variáveis sociais, econômicas, políticas e a permanente discussão a respeito do conceito de desenvolvimento integral. Deixa-se claro que não deve haver sacrifícios acentuados para as populações desfavorecidas em nome do crescimento econômico, já que a resultante final desse crescimento deve ser traduzida em bem estar social, que em outras palavras significa desenvolvimento econômico, ao menos para a grande maioria da população do país, minimizando as diferenças regionais e sociais existentes. (CEPAL, 2002).

O modelo Kaldor, segundo (DELFAUD, 1987), separa a poupança agregada em poupança dos assalariados e dos capitalistas, fazendo com que a propensão marginal da poupança dos capitalistas seja superior a dos trabalhadores. Neste sentido, num quadro de pleno emprego, havendo o cenário de inflação descrito nas propostas keynesianas, os trabalhadores perderão, pois seus salários serão corroídos pelos aumentos dos preços e os capitalistas serão beneficiados, pois terão seus lucros aumentados com reflexos diretos nas taxas de poupanças e no equilíbrio descrito por Harrod e vice versa, caso o cenário seja de depressão.



Para Robinson, segundo (DELFAUD, 1987), a relação entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação estabelece a igualdade entre a poupança e o investimento, fazendo com que o equilíbrio seja alcançado quando a taxa de acumulação obtida for suficiente para assegurar o financiamento da mesma taxa de acumulação.

Pasinetti chamou de repartição funcional a divisão de salários e lucros, visando uma repartição social decorrente da divisão das rendas dos trabalhadores e dos capitalistas. (DELFAUD, 1987).

4.4. As estratégias voltadas aos ajustes estruturais das economias periféricas

Diante do forte endividamento externo e desequilíbrios internos em razão do descontrole fiscal, do crescimento do processo inflacionário e da existência de corrupção nos governos subdesenvolvidos, fatos estes ocorridos em sua maioria nos anos 1980.

Nas estratégias da modernização por industrialização tardia, o desenvolvimento endógeno e o equacionamento das necessidades básicas fracassaram e deram lugar para o ajuste estrutural, que promoveu grandes sacrifícios para as populações dos países pobres com vistas aos interesses financeiros dos países ricos, representados pelo FMI e bancos privados internacionais. (BECKER & WITTMANN, 2003).

Consequentemente acabou ocorrendo também um descompasso entre a formação bruta de capital e a diminuição das nossas condições domésticas para o financiamento. Essa situação acabou obrigando o Brasil a tomar recursos externos em grande monta, sem a garantia do retorno a médio ou longo prazo dos investimentos geridos pelos credores internacionais e com valores consideráveis para a época e com consequência futura quanto ao comprometimento do envio de divisas estrangeiras para os credores externos. (CARNEIRO, 2002).

O crescimento da economia brasileira, entre os anos de 1975 a 1980, ficou em torno da média de 7,05% ao ano, com altos e baixos, principalmente em razão do segundo choque do petróleo, e, por sua vez, a inflação explode e atinge o patamar de 110% ao ano no final de 1980. Os novos cenários econômicos nacionais e internacionais acabaram fazendo com que o fim do milagre econômico fosse sentido, colocando em risco todo o esforço dos militares para a suspensão do crescimento econômico brasileiro, mesmo que tenha sido às custas dos recursos internacionais. (LEITE, 1999).

O segundo choque do petróleo e, principalmente, o choque dos juros americanos ocorridos em 1979 fizeram com que o modelo desenvolvimentista dos anos 1970 ficasse obsoleto



e o processo de crescimento acelerado fosse reduzido ou postergado. O resultado dessa situação levou o país a uma forte contração cambial, sem alternativas para atender as demandas das importações e, muito pior, trazendo para Brasília várias comitivas do Fundo Monetário Internacional – FMI. Dessa forma, a economia brasileira foi submetida a uma situação de desaquecimento, visto que o único objetivo era viabilizar os pagamentos da dívida externa para os credores internacionais, principalmente para o sistema financeiro internacional, que temia uma quebra geral em razão do possível calote dos países devedores. (CARNEIRO, 2002).

Segundo a economista Anita Kon, citada em (LIMA, 1999), a economia brasileira, nos anos de 1980, sofreu forte impacto das políticas de estabilização, com resultados desastrosos no plano do desenvolvimento do país. Tais fatos se deram, principalmente, em razão das respostas econômicas promovidas por diversas regiões, principalmente sobre a questão do nível de produção e mercado de trabalho, tumultuadas em decorrência das ações governamentais e dos problemas econômicos internacionais, gerando dessa forma estímulos e desestímulos para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro. (LIMA, 1999).

A década dos anos de 1980, segundo consenso dos principais economistas do país, foi considerada perdida, já que o segundo choque do petróleo acelerou o ingresso do país em um cenário econômico difícil, associado a outras variáveis externas que não estavam sob o controle do governo brasileiro.

No entender de (CARNEIRO, 2002), a crise em questão acabou fazendo com que ocorressem oscilações no crescimento econômico, principalmente no início dos anos 1980 e, mais precisamente, entre os anos 1981 e 1996 o produto interno foi de apenas 2,2% ao ano, muito abaixo da média anual das décadas anteriores, originando dessa forma uma massa enorme de trabalhadores urbanos sem emprego e renda.

O resultado social do fracassado processo econômico dos anos 1980 foi a criação do cenário de pobreza absoluta, já que o setor industrial foi o mais afetado e responsável direto pelo desaquecimento da economia do país e a hiperinflação atingiu o patamar de 1.000% ao ano no final de 1987.

Tais resultados acabaram levando a economia brasileira às crises de obtenção de créditos externos e de política fiscal e endividamento do Estado e das dificuldades enormes no controle do balanço de pagamentos, juntamente com os fracassos dos planos de estabilização econômica para conter a inflação do país. (CARNEIRO, 2002).



A estagnação e o declínio ocorrido nos anos 1980 e 1990 deve ser analisado não somente pela ótica dos custos sociais impostos ao país, mas também pelos custos econômicos, visto que as altas taxas de crescimento alcançadas nos decênios anteriores são enganosas, considerando que o vínculo praticado entre o capital externo e o Brasil continuou a existir e foi expandido para todas as áreas de interesse direto ou indireto do capital externo. (BENAYON, 1998).

Esse processo acabou fortalecendo ainda mais o capitalismo dependente e, com maior peso, promovendo e reforçando alianças entre as oligarquias representantes do capital nacional com o setor externo, alijando de vez os menos favorecidos do processo de crescimento e desenvolvimento social.

Conforme discute a economista Anita Kon em artigo para o Caderno PUC – Economia, em (LIMA, 1999), a ânsia por crescimento levou a economia brasileira, entre os anos de 1980-1995, a tentar conter o processo inflacionário, provocando sérias consequências quanto a velocidade e intensidade do crescimento econômico, visando diminuir as disparidades regionais e sociais do país.

O esforço em questão deu-se sem muito sucesso, visto que ocorreram, ao mesmo tempo, aceleração, retardamento e diminuição das taxas de crescimento regionais, criando um novo cenário de desigualdades, frente ao processo inicial de aumento da produção com o uso de tecnologia visando um maior grau de competitividade no cenário internacional. (LIMA, 1999).

O quartil inicial dos anos 1990 também não ficou atrás da década passada em termos de dificuldades econômicas, sociais e, principalmente, políticas, com a retirada do Presidente da República do poder do governo de então. Essa situação política acabou fazendo com que fosse herdada uma crise decorrente do desemprego oriundo da tentativa de combate ao processo inflacionário no Brasil, acrescidas das consequências internas das crises fiscais e do descontrole da dívida externas brasileira dos anos 1980.

Segundo (LIMA, 1999), vale destacar que a tentativa de contenção da hiperinflação promoveu um forte desaquecimento da economia brasileira, fazendo com que o nível de desemprego fosse maior que o ocorrido nos anos de 1981-1983, associado à abertura comercial para o ingresso de produtos importados, acentuando ainda mais o desemprego. O mesmo acontecia no cenário internacional, que se encontrava fora do padrão normal de geração de empregos, em razão dos avanços tecnológicos na produção, fazendo com que os países com menor custo de produção e maior produtividade pudessem ganhar mercados internacionais, reduzindo as chances de crescimento econômico da economia brasileira.



De acordo com o artigo dos economistas Arienti & Campos, citado em (LIMA, 1999), o cenário internacional favoreceu a implantação do Plano Real, visto que havia a ocorrência de mudança na dinâmica do sistema financeiro internacional, gerando um excesso de liquidez com baixas taxas de juros e, principalmente, um cenário recessivo nos países de maior expressão econômica mundial.

Neste sentido, o Plano Real tinha como ponto forte e atrativo para o capital internacional, a liberação da conta capital, a sobrevalorização da nossa moeda, a abertura comercial e, sobretudo a atratividade das taxas de juros internas que foram elevadas para garantir a estabilidade econômica com forte pressão sobre os preços internos. (LIMA, 1999).

Com a criação do Plano Real e a criação do Real como moeda do país, a inflação ficou debelada à custa de uma forte recessão econômica, acentuada a partir das crises cambiais de 1998 e 1999, quando se sofreu enorme perda em moedas estrangeiras e tendo que desvalorizar nossa moeda frente ao dólar americano. Fora essas dificuldades, a economia brasileira apresentou algum crescimento econômico, porém carecia de implementações mais acentuadas quanto à realização de reformas constitucionais, políticas, administrativas, que foram ao longo do governo FHC e, depois nos anos 2000, no governo LULA, realizadas para que o Estado deixasse de ser o empresário e passasse a ser o regulador da economia, fazendo com que suas ações fossem direcionadas para o crescimento e, por que não, para o desenvolvimento da economia brasileira.

4.5. As estratégias focadas no desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável, também originário dos desequilíbrios regionais e da reorganização dos setores produtivos, promovidos pela globalização, foca suas discussões na relação estremeia entre os homens e a natureza. (CORREA, 2003).

O princípio básico da economia que define que os *recursos são limitados e as necessidades ilimitadas* não é praticado corretamente pelas sociedades, no tocante aos recursos escassos, quando se trata da busca do atendimento das suas necessidades. Este fato levou as economias modernas a se preocuparem com os resultados críticos de destruição do meio ambiente, comprometendo todos os habitantes do planeta terra; fazendo-se necessários maiores volumes de recursos destinados aos investimentos voltados à educação ambiental, como forma direta e única de manter os recursos naturais existentes para as gerações futuras.

Segundo (MAY, 2003), desde os Fisiocratas com suas ideias sobre o excedente agrário, aos Clássicos com a preocupação do colapso capitalista em razão da possibilidade de escassez dos



recursos naturais, a questão da economia dos recursos naturais sempre esteve em destaque, visto que a preocupação maior dos homens recaí sobre a melhor maneira de utilizar os tais recursos sem que eles possam faltar para as gerações futuras.

Destaque para Thomas Malthus, que alertava sobre a ocorrência de desequilíbrio entre o crescimento populacional e a estagnada oferta de alimentos e para David Ricardo, que denunciava a queda dos lucros capitalistas em razão da queda da produtividade do trabalho agrícola por escassez de terras férteis. (MAY, 2003).

Na área acadêmica acentuam-se os debates sobre a economia do meio ambiente, contrapondo-se a corrente clássica defensora da chamada economia ambiental, que tinha uma visão da infinitude dos recursos naturais e, mais adiante, também conhecida como sustentabilidade fraca, tanto que seus modelos teóricos não tinham a representação dos recursos naturais.

Por outro lado, os economistas ecológicos, defendem a economia ecológica como parte integrante de um sistema maior, possuidor de fortes restrições a sua expansão, no qual os recursos naturais são complementos dos demais fatores de produção, dando características conceituais de uma sustentabilidade forte, desde que, em longo prazo, ocorra a estabilização do consumo e, principalmente, a minimização do desperdício dos recursos naturais tidos como escassos ou em estágio de escassez. (MAY, 2003).

A Agenda 21 como é chamado o programa aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, durante a Rio 92 ou Eco 92, foi a forma direta que a ONU utilizou para tentar frear a degradação do meio ambiente no mundo. Cabe aos governos e entidades não governamentais a responsabilidade para a aplicação e fiscalização das normas da Agenda 21, muito embora se faça necessário à decodificação dessa agenda para algo mais específico e voltado às realidades locais de cada país ou região. Porém deverá ser mantido o objeto principal da Agenda 21 que é a preservação do meio ambiente do planeta Terra, considerando que o agente principal desse cenário – o homem – é por natureza o grande destruidor, quer por proteção a si e seu grupo ou por interesses econômicos. (SORRETINO, et al. 1995).

Segundo o economista Ademar Ribeiro Romeiro, no início da década de 1970, sustentado por Ignacy Sachs, surgiu o termo ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, no qual são estabelecidos questionamentos e limites sobre o modelo e tamanho do crescimento econômico frente à necessidade de preservação do meio ambiente.



A grande questão para humanidade reside no fato das teorias econômicas, principalmente a Teoria do Valor e a Teoria Neoclássica, não poderem atribuir um valor devido para o meio ambiente, visto que somente o meio ambiente construído tem valor ou as forças do mercado estabelecidas pela demanda e oferta podia, respectivamente, determinar o valor do meio ambiente.

Diante dessa indefinição quanto aos valores a serem atribuídos ao meio ambiente, outros conceitos foram estabelecidos para a valoração econômica dos recursos ambientais. Entre esses conceitos destacam-se: *a disposição para pagar e a disposição para aceitar*, visando à redução dos benefícios e das perdas ambientais de forma comparável e administrável pela relação custo benefício e do custo oportunidade pela escolha da multiplicidade de uso para os recursos ambientais, visando a princípio os retornos sociais, eliminando-se os níveis de risco e de incerteza para que a interação entre os sistemas natural e social seja mantida ao longo do tempo. (CLEMENTE & HIGACHI, 2000).

Na discussão sobre a Valoração Econômica Ambiental, o economista Ramon Arigoni Ortiz, descrito em (MAY, 2003), escreve a respeito de Harold Hotelling, economista americano, que em 1949, apresentou propostas, sobre o estabelecimento da relação entre os *custos de viagem* incorridos pelos visitantes aos parques nacionais americanos, que poderiam ser utilizadas no emprego de uma metodologia para a apuração da medida de valor do meio ambiente.

Nessa hipótese, quanto mais bem preservado o meio ambiente, maior será o número dos interessados em conhecer tais recursos e, conseqüentemente, possibilitando um volume ainda mais crescente de recursos monetários, que serão repassados para a região detentora de tais recursos naturais, desde que sejam mantidos e preservados, estabelecendo-se os limites máximos de sua utilização. (MAY, 2003).

Sabe-se que os custos ambientais são irreparáveis e promovem modificações diretas ou indiretas na saúde, segurança e bem estar das populações presentes e futuras, bem como, interferem nas atividades sociais e econômicas, sem contar os resultados estéticos e sanitários do próprio meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais restantes, ficando dessa forma difícil de avaliar, especificamente, os benefícios em relação aos custos sociais.

Para os economistas André Pereira e Peter May, diante das incertezas e descasos com relação à mudança climática e decorrente do aquecimento global, desde a I Revolução Industrial aos dias de hoje, procuram-se estabelecer regras internacionais, para que os gases responsáveis pelo efeito estufa não prejudiquem ainda mais as civilizações.



Somente a partir de 1992 com a aprovação, na ONU, do texto sobre a mudança do clima, passou-se a ter discussões quanto aos acertos finais e responsabilidades para os maiores poluidores mundiais, que passaram a ser pressionados por todos os demais países poluidores ou não e, durante a Convenção de Quioto no Japão ficaram estabelecidas às políticas e medidas impeditivas do crescimento do nível internacional de poluição atmosférica.

O Protocolo de Quioto, como ficou conhecido internacionalmente, dentre os vários mecanismos de flexibilidade, passou a permitir que, parte do abatimento do efeito danoso dos gases, possa ser realizada em outros países, desde que transferidos recursos monetários e tecnologias para esses países. Evidentemente esse novo processo de investimento torna-se mais barato que o volume de recursos aplicado em território de origem da poluição, permitindo o ganho de receitas para os países ou regiões menos desenvolvidas, porém com fontes de recursos naturais preservados ou cabíveis de preservação em troca do chamado sequestro de carbono. (MAY, 2003).

Na visão dos economistas José E. Veiga e Eduardo Ehlers, citados em (MAY, 2003), outros aspectos relacionados aos impactos econômicos decorrentes da perda da biodiversidade também devem ser considerados. Neste sentido, desde 1980 o biólogo americano Edward O. Wilson passou a empregar o termo biodiversidade com o objetivo de chamar a atenção da humanidade sobre os riscos impostos a destruição dos ecossistemas do planeta.

Considera-se que os impactos econômicos decorrentes dessa perda teriam custos elevadíssimos e irreparáveis, visto que os progressos tecnológicos não estabelecem restrições aos modelos consumista e depredatório, principalmente no tocante a ocupação espacial dos grandes centros populacionais, que passam a exigir cada vez maiores volumes de alimentos de várias origens, sem as devidas reposições dos recursos extraídos. (MAY, 2003).

Neste sentido, surge um novo padrão de consumidor, exigente e preservador do meio ambiente, possibilitando a disponibilidade dos chamados *selos verdes* de qualidade e origem dos alimentos; criando novas formas e dimensões de comércios, tanto domésticos quanto internacionais, integrando o meio ambiente com o mercado, com grande possibilidade de rendimentos para as regiões não desenvolvidas e detentoras de recursos naturais preservados. (MAY, 2003).

Para a economista Marilene Ramos M. Santos, citada em (MAY, 2003), a questão da água deve ser considerada como uma das mais graves pendências no mundo atual, visto que as populações estão crescendo acentuadamente nos países pobres. Por outro lado, na busca de



maior produtividade, nos países em desenvolvimento ou desenvolvidos, a água está sendo utilizada, de forma desordenada ou irracional, para a irrigação de grandes áreas agrícolas, ou simplesmente desperdiçada, nos grandes centros urbanos, quer pelo mau uso ou pela inexistência de processos antipoluidores ou recuperadores dos mananciais ou rios urbanos.

Dessa forma, a busca pela água se dará cada vez mais distante e, a última saída será a elevação do preço da água em qualquer tipo da sua utilização, permitindo que o aproveitamento seja feito da melhor forma possível e a oferta e demanda de água seja equilibrada, garantindo a geração de renda para as regiões que ainda possuem e preservem seus recursos hídricos. (MAY, 2003).

O assunto meio ambiente é tão delicado, que está em evidência no mundo todo e, neste sentido, mediante a apresentação de projetos voltados ao meio ambiente, vários bancos estatais e multilaterais, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco Mundial - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento – BERD, Banco de Desenvolvimento Asiático – BDAS, entre outros, dispõem de recursos financeiros para serem aplicados no meio ambiente.

115

Esses financiamentos, segundo (GARTNER, 2001), podem ser na forma de investimento produtivo, com vistas à preservação indireta do meio ambiente, tais como ampliação ou instalação de novas fábricas com melhores tecnologias, que inibam o processo de poluição ambiental, quer na forma direta de empréstimos para a preservação ambiental de florestas, rios, mangues e outras áreas do meio ambiente que sejam de interesses nacionais ou internacionais.

A grande questão reside no volume de recursos financeiros bem menores que a grandeza e a velocidade de destruição ambiental, ora retardada pelos mecanismos reguladores dos governos locais ou acelerada pela ambição especulativa dos agentes econômicos nacionais e internacionais. Esses agentes econômicos poluem em grande escala sem a preocupação devida com os demais ocupantes do planeta terra, ou pela má qualidade dos projetos apresentados, inibindo os repasses de recursos ou, quando repassados, são utilizados de forma inadequada ou inescrupulosa por parte dos agentes ou governos financiados. (GARTNER, 2001).

Complementando a ideia acima, vale afirmar que a transição desenvolvimento sustentável passa necessariamente pelo melhor gerenciamento das crises capitalistas. Dessa forma, deve-se deixar de lado o crescimento econômico financiado pelo capital internacional com resultados perversos sobre a dívida externa dos países pobres e buscar saídas nas atividades domésticas e específicas de cada região, fazendo-se o menor uso possível das importações, visando alcançar o



crescimento não inflacionário e induzido pelo emprego, disponibilizados pelo aumento dos bens de salários. (SACHS, 2004).

4.6. As recentes estratégicas ligadas à governança global defendida pela ONU

A existência da governança global passa pela presença de um “*Estado enxuto, limpo, ativo, planejador e capaz de descortinar o futuro*”. (SACHS, 2004: p.11). Em decorrência das diretrizes e pressões internacionais oriundas da estratégia do desenvolvimento sustentável, surge um novo conceito de desenvolvimento, capitaneado pela ONU, chamado de paradigma da governança global.

A sustentação desse modelo de desenvolvimento se dá pelos resultados obtidos e tratados firmados no âmbito do GATT / OMC – Rodada do Uruguai, finalizada em 1986 e da Conferência dos Direitos Humanos em Viena em 1993, da Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 1994, sobre a Conferência do Desenvolvimento Sustentável em Copenhague no ano de 1995, da Conferência Internacional da Mulher em Pequim no ano de 1995, da Conferência Habitação realizada em Istambul no ano de 1996 e da Conferência da Alimentação realizada em Roma no ano de 1997.

No entender de José Serra, mencionado em (SACHS, 2004), a cidadania global continua sendo utópica e para que esse fato se torne realidade, faz-se necessário que o Estado nacional democrático exerça as seguintes funções: a) seja um grande articulador e incentivador do desenvolvimento; b) incentive a busca de parceiros nacionais ou internacionais focados no desenvolvimento sustentável; c) articule a ocorrência das metas sociais, ambientais e econômicas, fazendo valer o papel de planejador e articulador para a garantia da sustentabilidade.

O desenvolvimento não poderá ser buscado de forma precipitada, valendo-se dos modelos internacionais, que dificilmente se encaixem nas necessidades domésticas do país ou das regiões, esquecendo-se suas potencialidades e possibilidades de resolver internamente suas dificuldades de crescimento.

Dessa forma, o equilíbrio entre o social e econômico deverá ser garantido pelo Estado, que deverá ser eficiente, tanto nos aspectos de alocação dos recursos disponíveis, quanto a coragem de buscar e promover a inovação, dentro dos princípios de geração de empregos e renda, sem usurpar das gerações futuras o meio ambiente e as culturas dos povos. (SACHS, 2004)

O maior objetivo está atrelado à mulher e à criança, grandes vítimas do processo de exploração dos recursos naturais e humanos e, muitas vezes objetos de trabalhos não



remunerados ou sem o mínimo respeito às condições humanas, principalmente quando vítimas diretas dos conflitos armados promovidos pelas guerras civis, religiosas ou políticas ocorridas na África, Ásia e Europa. Esse cenário internacional está sendo combatido diretamente pelos consumidores mais informados, que acabam rejeitando os produtos que tiveram o emprego da mão-de-obra infantil na sua composição, obrigando os grandes fabricantes multinacionais a encontrarem estratégias sociais para reversão do marketing negativo criado sobre a marca.

Fica clara a necessidade dos Organismos Internacionais mudarem, atualizando-se dentro de novos conceitos de relação internacional, que estejam fora da visão pós-guerra na qual, em sua maioria, eles foram criados. Isso implica também na revisão das forças que compõem esses Organismos Internacionais, pois se ficarem submetidos aos ditames dos países mais ricos, logicamente que os interesses não serão os pretendidos pelos países não ricos ou desenvolvidos. Terá que ser encontrado um meio termo, onde os interesses da maioria sejam respeitados e praticados em detrimento dos interesses menores.

A questão a ser discutida está no grau e modo de intervenção dos países ricos e desenvolvidos sobre os países pobres ou subdesenvolvidos, considerando-se as disparidades econômicas e sociais de cada um dos membros da ONU, que poderá ser captada como instrumento político de grupos ou líderes dos países pobres, resultando na perpetuação da pobreza.

Outros cenários, que poderão ocorrer no processo de desenvolvimento por governança global, serão resultantes da interferência militar sob força dos países ricos sobre os países não desenvolvidos. Tudo isso em nome a proteção dos interesses internacionais sobre as grandes jazidas de petróleo ou outros minerais ou pedras preciosas, grandes reservas ambientais de florestas ou água potável, levando muitas vezes a ocorrência de guerras internas e o desmantelamento das forças institucionais legítimas dos países pobres, que não professam das mesmas ideias políticas ou religiosas dos governantes dos países ricos.

Para a ocorrência verdadeira da governança global, segundo (SACHS, 2004), deverão existir comprometimentos dos países desenvolvidos do Norte com os países pobres ou em desenvolvimento do Sul.

Inicia-se pela implementação das estratégias nacionais e específicas de cada país, porém, complementar ao máximo com os interesses internacionais dos demais países. Amplia-se pela propagação e sucesso dos empreendimentos voltados ao desenvolvimento endógeno nos países do Sul, pobres ou em fase de desenvolvimento, levando-se em conta as características específicas



de cada país ou região, visando alcançar resultados positivos para o desenvolvimento econômico e respeitadas as condições ambientais. Viabiliza-se pelo maior volume possível de recursos financeiros e tecnológicos repassados pelos países do Norte para os países do Sul, quer na forma de ajuda relacionada a minimização do custo das dívidas externas ou na forma de repasses de conhecimentos e investimentos na área de infraestrutura básica, principalmente em educação e saúde. Concretiza-se pelo estabelecimento, em comum acordo, de tarifas ou impostos internacionais sobre o uso de fonte de energia poluidora, sobre a utilização dos espaços aéreos ou marítimos para fins comerciais e, principalmente, com maior ênfase, sobre as transações financeiras internacionais, quando não cumpridas as salvaguardas e quarentena de permanências dos recursos nos países pobres. Finalmente, com respaldo da ONU e da maioria dos países, estabelecer regras claras para o gerenciamento de áreas globais de uso comum por parte de todos os países. (SACHS, 2004).

Durante a abertura da 59ª. Assembleia Geral da ONU, no dia 21 de Setembro de 2004, o Presidente Lula conclamou os países ricos para a criação de um fundo voltado a saciar a fome das populações dos países pobres.

Minhas senhoras e meus senhores,
Creio que é o momento de dizer com toda a clareza que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requer uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais.... Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza. Acredito firmemente que o processo desencadeado ontem elevará o patamar da luta contra a pobreza no mundo. Na medida em que avançarmos nessa nova aliança, teremos melhores condições de cumprir as Metas do Milênio, sobretudo a erradicação da fome... .
(Luiz Inácio Lula da Silva – 59ª. Assembleia Geral da ONU. 21/09/2004).

Esse fundo obteria recursos, entre outras fontes, das vendas praticadas pelas indústrias bélicas e da movimentação financeira internacional e, dessa forma, uma série de desigualdades econômicas e sociais deixassem de resultar em conflitos armados e ódios entre os povos do planeta.

5. Considerações Finais

A economia brasileira sempre esteve em descompasso com os modelos de crescimento econômico aplicados nos países desenvolvidos. Neste sentido, as experiências decorrentes das



inúmeras tentativas para a implantação dos modelos de crescimento econômico praticados com sucessos em outras economias, nem sempre apresentaram resultados positivos para o país. Quer pelas dificuldades impostas pelo tamanho territorial ou pelas diferenças econômicas, políticas e sociais existentes entre as regiões ou suas populações, no tocante a renda, a produção e ao consumo agregado.

Sabe-se que o país precisa apresentar um vetor de crescimento positivo e ascendente, visando minimizar os problemas sociais existentes e, somente assim, poderá sair do estágio de subdesenvolvimento em que se encontra. O caminho é a simbiose de alguns modelos de crescimento econômicos, considerando a existência de vários Brasis no nosso país. A mistura desses modelos poderá modificar a estrutura econômica passada e ao mesmo tempo produzir resultados em todos os setores e segmentos da sociedade.

Não se devem produzir ilhas de crescimento, privilegiando determinados setores ou regiões em detrimento das demais, mas vale lembrar que o Brasil possui um dos maiores ecossistemas do mundo e, que diante da destruição ambiental praticada pelas demais economias, o país poderá tirar vantagens competitivas das suas reversas.

119

Assim, a prática do desenvolvimento modernizante, em algumas regiões brasileiras com maior atraso social e econômico, com vistas a implementação de indústrias voltadas a expansão das exportações, associado ao desenvolvimento endógeno, levando em consideração as características próprias dessas regiões não desenvolvidas, poderão conviver naturalmente as estratégias de ajustes dos balanços de pagamentos e controle da inflação.

Complementando a ideia acima, de modo a aperfeiçoar o resultado da busca do crescimento e desenvolvimento econômico, pode-se ao mesmo tempo ter a aplicação de estratégias do desenvolvimento sustentável, como moeda de troca no cenário internacional, de modo a permitir a maior inserção da política externa e econômica do Brasil no contexto da governança global.

Dessa forma, o Brasil poderá modificar sua situação estrutural de atraso econômico e social e, no médio e longo prazo, ingressar de vez no reservado clube dos países desenvolvidos. Não poderão ocorrer desperdícios alguns, tanto de recursos, quanto de oportunidades, principalmente as que estiverem relacionadas ao comércio internacional, com ênfase ao modelo exportador com o maior grau possível de valor agregado.

No plano interno, fica claro que nada acontecerá de positivo, caso não ocorra a revolução educacional tão esperada, visando qualificar muito mais a mão-de-obra existente e



preparar a geração futura para a condução correta deste país, com democracia e respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente tanto no plano doméstico quanto internacional.

Ainda, no plano doméstico, as disparidades regionais e sociais, serão os grandes desafios dos governantes, principalmente, diante do acesso a novas informações e mercados, que as populações, com demandas reprimidas passaram a ter em decorrência do crescimento da renda e da oportunidade de emprego. Desse modo, grande macro região deverá receber atenção especial para que o crescimento e desenvolvimento respeitem os seus habitats e, ao mesmo tempo, promovam a manutenção do meio ambiente, com a proposta de alternativas econômicas de geração de emprego e renda, considerando o grande número de brasileiro que ainda são assistidos socialmente por programas governamentais, muitas vezes utilizados como moeda política.

Somente a história econômica poderá demonstrar a verdade dos fatos, quer sejam sociais, econômicos ou políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva & CARNEIRO, Dionísio Dias... (et al). (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889 -1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- BANCO MUNDIAL. *Globalização, crescimento e pobreza. Relatório de Pesquisa Política do Banco Mundial*. Trad. Melissa Kassner. São Paulo: Futura, 2003.
- BARQUERO, Antonio Vazquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Rio Grande RS: UFRGS Editora, 2001.
- BECKER, Dinizar F. & WITTMANN, Milton L. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul RS: Edunisc, 2003.
- BECKER, Dinizar F.. (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e ou Possibilidade*. 4ª. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BENAYON, Adriano. *Globalização versus desenvolvimento: O Jogo das empresas transnacionais - ETNs e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros*. Brasília: LGE Editora, 1998.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas SP: Papirus, 2003.



- CEPAL. *Equidade, Desenvolvimento e Cidadania*. (Ana B. Rodrigues, tradutora). Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CLEMENTE, Ademir & HIGACHI, Hermes Y. *Economia e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2000.
- DELFAUD, Pierre. *As Teorias Econômicas: um guia de leitura*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- FERRAZ, João Carlos & CROCCO, Marco & ELIAS, Luiz Antonio. (Org.). *Liberação Econômica e Desenvolvimento- modelos, políticas e restrições*. São Paulo: Futura, 2003.
- FILELLINI, Alfredo. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. São Paulo: EDUC, 1994.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- *Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GARTNER, Ivan Ricardo. *Avaliação ambiental de projetos em bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais: evidências e propostas*. Brasília: Universa, 2001.
- GIANSANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998.
- JONES, Charles Irving. *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. Trad.: Maria José Cyhlar Monteiro. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KON, Anita. *Economia de Serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- Anita (Org.). *Unidade e Fragmentação – a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LEITE, Antonio Dias. *Crescimento Econômico: Experiência histórica do Brasil e estratégia para o século XXI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- LIMA, Maria José. (Org.). *Crise e Desenvolvimento – Caderno PUC Economia 8*. São Paulo: Educ, 1999.
- MAY, Peter H. & LUSTOSA, Maria C. & VINHA, Valéria (Org.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: O Subdesenvolvimento e as Ideias da CEPAL*. São Paulo: Ática, 1995.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Política e Programação Econômica*. São Paulo: Atlas, 1987.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.



SORRENTINO, Marcos & TRAJBER, Raquel & BRAGA, Tânia (Org.). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

